DECISÃO SINGULAR DSG - G.ODJ - 13556/2017

PROCESSO TC/MS	: TC/11641/2017
PROTOCOLO	: 1825856
ÓRGÃO	: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUIRAI/MS
ORDENADOR DE DESPESAS	: RICARDO FAVARO NETO
CARGO DO ORDENADOR	: PREFEITO MUNICIPAL
ASSUNTO	: ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 8/2017
EMPRESAS ADJUDICADAS	: MC PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES EIRELI – ME E WN DIAGNÓSTICA EIRELI – EPP.
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO	: PREGÃO PRESENCIAL N. 18/2017
OBJETO	: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL DE LABORATÓRIO, VISANDO ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.
VALOR REGISTRADO	: R$ 79.740,07
RELATOR	: CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. ATOS LEGAIS E REGULARES.

DO RELATÓRIO

Tratam os autos da apreciação do procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial n. 18/2017 (1ª fase) e da formalização da Ata de Registro de Preços n. 8/2017 (1ª fase), celebrada entre o Município de Itaquiraí/MS e as empresas adjudicadas: MC Produtos Médicos Hospitalares EIRELI – ME e WN Diagnóstica EIRELI - EPP, constando como ordenador de despesas o Sr. Ricardo Fávaro Neto, prefeito municipal.

A licitação tem por objetivo o registro de preços para contratação de empresa para fornecimento de material de laboratório, visando atender a secretaria municipal de saúde, no valor global de R$ 79.740,07 (setenta e nove mil, setecentos e quarenta reais e sete centavos).

A 4ª Inspetoria de Controle Externo (4ª ICE) realizou a Análise ANA n. 17553/2017, entendendo pela legalidade e regularidade do procedimento licitatório e da formalização da ata de registro de preços.

Ato contínuo, o Ministério Público de Contas (MPC) emitiu o Parecer PAR – 4ª PRC – n. 19635/2017, opinando pela legalidade e regularidade dos atos praticados.

DA DECISÃO

Registre-se que fora juntada aos autos toda a documentação obrigatória acerca do procedimento licitatório: 1ª fase, com fulcro na

Resolução TCE/MS n. 54/2016, c/c o art. 120, I, "a", do Regimento Interno desta Corte de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução Normativa TC/MS n. 76/2013, e a documentação relativa à formalização da ata (1ª fase), conforme preconiza o art. 60 e seguintes da Lei das Licitações e dos Contratos.

A ata de registro de preços foi pactuada em observância às exigências do art. 55 e do art. 61, parágrafo único da Lei n. 8.666/93.

A documentação obrigatória foi protocolada tempestivamente nesta Corte de Contas, atendendo o prazo estabelecido pela Resolução TCE/MS n. 54/2016.

Assim, acolho o entendimento da 4ª ICE e o parecer ministerial, e **DECIDO**:

1. pela **legalidade e regularidade** do procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial n. 18/2017 (1ª fase), celebrado entre o Município de Itaquiraí/MS e as empresas adjudicadas: MC Produtos Médicos Hospitalares EIRELI – ME e WN Diagnóstica EIRELI - EPP, constando como ordenador de despesas o Sr. Ricardo Fávaro Neto, prefeito municipal, com fulcro no art. 59, I, da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160/2012, c/c o art. 120, I, "a", do RITC/MS;

2. pela **legalidade e regularidade** da formalização da Ata de Registro de Preços n. 8/2017 (1ª fase), consoante dispõe o art. 59, I, da LCE n. 160/2012, c/c o art. 120, I, "a" segunda parte, do RITC/MS;

3. pela **intimação** do resultado deste julgamento aos interessados, com fulcro no art. 50 da LCE n. 160/2012, c/c o art. 70, § 2º, do RITC/MS.

Campo Grande/MS, 21 de setembro de 2017.

CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO
Relator

dncs